

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	23
Balancos patrimoniais	27
Demonstrações do resultado	28
Demonstrações do resultado abrangente	29
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	30
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	31
Demonstrações do valor adicionado	32
Notas explicativas às demonstrações financeiras	33

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2024, acompanhados do relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., “CCR ViaSul” ou “Companhia” ou “Concessionária”, tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-101, BR-290, BR-386, e BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), totalizando 473,4 quilômetros, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 01/2018 (“contrato de concessão”). O Sistema Rodoviário está inserido no Estado do Rio Grande do Sul passando por 36 cidades: Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre, Esteio, Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Victor Graeff, Tio Hugo, Mormaço, Soledade, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza, Forquetinha, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vila Nova, Paverama, Taquari, Tabaí, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Canoas, Sapucaia do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Maquiné.

O contrato de concessão foi assinado em 11 de janeiro de 2019 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, que teve início em 15 de fevereiro de 2019.

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a tarifa básica de pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 7,24 referenciada a julho de 2018, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 4,30545 (deságio de 40,53%).

As rodovias administradas pela Companhia são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

1.3 Destaques de 2024

Por conta dos volumes extremos de precipitação pluviométrica nos meses de abril e maio de 2024, que ocasionaram decretação do estado de calamidade no Estado do Rio Grande do Sul, ocorreram bloqueios nas rodovias sob concessão da ViaSul durante este período. Como forma de apoiar no escoamento e transporte de ajuda e suprimentos para as regiões afetadas, a Companhia suspendeu temporariamente as cobranças em todas as praças de pedágio de suas rodovias entre os dias 5 e 19 de maio, retomando a cobrança parcialmente no dia 20 e integralmente no dia 30 de maio.

A Companhia possui seguro para cobertura de danos e perdas de receitas, que já foi acionado, bem como destaca que esses eventos climáticos se caracterizam como evento de caso fortuito ou força maior, cujos

impactos estão sendo tratados junto ao Poder Concedente, visando recomposição do reequilíbrio contratual da ViaSul.

O EBITDA em 2024 caiu 14,10 % em relação a 2023, totalizando R\$ 240.532. Essa redução é explicada por uma queda da receita, bem como por um aumento nos custos. A queda na receita é reflexo do reajuste tarifário ocorrido em fevereiro de 2024, que alterou a tarifa de R\$ 5,80 para R\$ 5,50, em decorrência de fim do reequilíbrio contratual referente as perdas com a pandemia da Covid-19. Já o aumento de custos deriva de maiores gastos com o rateio de despesas compartilhadas existentes entre a companhia e a CCR, além de maiores gastos próprios com pessoal, em função de reajustes e performance superiores à meta, de maiores gastos com serviços de terceiros, relacionados com a conservação da rodovia, com TI e com contingências jurídicas, a partir de uma revisão nos prognósticos de perdas em demandas trabalhistas.

A principal obra da Companhia é a duplicação da BR-386/RS, iniciada em 2021 e que será finalizada no ano 18º da concessão, perfazendo 165 quilômetros entre os municípios de Carazinho/RS e Canoas/RS, abrangendo um dos mais importantes corredores da produção do Rio Grande do Sul.

Em 2024 foram entregues 0,86 km de duplicação entre os municípios de Marquês de Souza e Lajeado; tiveram sequência as obras de duplicação do trecho de 20,3 km de Marques de Souza e Lajeado (km 324+100 ao km 344+400) e 5,1 km de Lajeado a Estrela (km 344+400 ao km 349+500) com previsão de conclusão em junho de 2025; também teve sequência, o trecho de 25,6km entre os municípios de Soledade/RS e Fontoura Xavier/RS, (km 243+600 ao km 269+200), com previsão de conclusão em agosto de 2025. Foram iniciadas as obras de duplicação do trecho de 30,5km entre os municípios de Tio Hugo/RS e Soledade/RS, (Km 213+100 a Km 243+600), com previsão de conclusão em março de 2026.

Foram concluídas em 2024 as obras de implantação de 3 interconexões na BR-386 (Trombeta no km 354, e Parclos nos kms 427 e 441), 11 interconexões ao longo da BR-101, sendo 2 Acessos no km 3+800 e km 4+100, 6 retornos nos kms 6+850, 9+570, 19+360, 22+100, 31+800 e km 86+550, um meio retorno em nível no km 85+120, o Diamante no km 39+720 e Parclo no km 69+600. Além disso, 3 passarelas na BR-290 (km 69+350, km 71+000 e km 98+100), 5 passarelas na BR-386 (km 385+100, km 386+550, km 412+120, km 416+300 e km 436+000), e 3 obras de reforço e alargamento de OAEs na BR-290 (km 74 L/O, km 76 L/O e km 88L/O).

Estão em andamento as obras de implantação de interconexão na BR-386 (Trevo completo no km 392), a passarela da BR-386 (km 352+810), e 2 obras de reforço e alargamento de OAEs na BR-290 (km 84 O e km 84 L). Além disso, 3 Obras de Recuperação Estrutural na BR-290, no km 96+400, km 96+850 e km 91+850.

Adicionalmente, a Companhia continua a executar obras de restauração de pavimento nas 4 rodovias por ela administrada, inclusive em pavimento de concreto nas BR-101/RS e BR-290/RS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Desempenhos

Em 2024 a Companhia apresentou uma redução de 22,01% no lucro líquido em relação a 2023, em decorrência principalmente dos impactos da catástrofe climática ocorrida em maio de 2024 no Rio Grande do Sul e da redução da tarifa ocorrida em fevereiro de 2024.

Em R\$ mil	2024	2023	Δ%
Receita líquida	1.203.609	1.003.021	20,00%
Receita de pedágio	535.920	547.683	-2,15%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	713.695	502.608	42,00%
Outras receitas	642	251	155,78%
(-) Deduções da receita bruta	(46.648)	(47.521)	-1,84%

(-) Custos e despesas (a)	(1.013.562)	(762.051)	33,00%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(713.695)	(502.608)	42,00%
Demais custos e despesas	(299.867)	(259.443)	15,58%
Resultado antes Resultado Financeiro	190.047	240.970	-21,13%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(6.682)	(10.932)	-38,88%
(-) Imposto de renda e Contribuição social	(43.566)	(50.791)	-14,22%
Lucro líquido	139.799	179.247	-22,01%
(-) Resultado financeiro líquido	6.682	10.932	-38,88%
(+) Imposto de renda e Contribuição social	43.566	50.791	-14,22%
EBIT (b)	190.047	240.970	-21,13%
Margem EBIT	15,8%	24,0%	-34,28%
(+) Provisão de manutenção	26.194	33.628	-22,11%
EBIT Ajustado	216.241	274.598	-21,25%
Margem EBIT ajustada (b)	44,1%	54,9%	-19,56%
(+) Depreciação/amortização	50.485	39.048	29,29%
EBITDA	240.532	280.018	-14,10%
Margem EBITDA	20,0%	27,9%	-28,42%
EBITDA ajustado	266.726	313.646	-14,96%
Margem EBITDA ajustada (c)	54,4%	62,7%	-13,14%
Dívida líquida s/Ebitda	4,50	2,45	83,45%
Investimentos (d)	(858.767)	(628.536)	36,63%
Veículos equivalentes (em milhares)	98.241	97.141	1,13%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas;
(b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas excluindo-se a receita de construção.
(c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.
(d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2022, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras.

2.1.1 Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A tarifa vigente, para o período de 29 de fevereiro de 2024 a 14 de agosto de 2025 é de R\$ 5,50, conforme decisão n.º 85 de 21 de fevereiro de 2024.

Apresenta-se, abaixo, o resultado de tráfego acumulado de 2024 e sua comparação com o ano de 2023.

Em Unidades	2024	2023	Δ%
Veículos Leves (Veq ¹)	42.221.907	42.723.059	-1,2%
Veículos Pesados (Veq ¹)	56.019.513	54.418.219	2,9%
Total Veículos Equivalentes (Veq¹)	98.241.420	97.141.278	1,1%

¹) Veq - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados/comerciais (como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados.

Em 2024, o total de veículos pedagiados foi de 55.254.199 ou 98.241.420 em veículos equivalentes.

Veículos de passeio ou leves (-1,2%)

O tráfego de passeio apresentou queda de -1,2% na ViaSul. O ano de 2024 foi marcado pela ocorrência da catástrofe climática em maio/2024 no Rio Grande do Sul, que reduziu significativamente o tráfego durante os

eventos climáticos, devido às interrupções nas rodovias e aos prejuízos causados na economia do estado. Esse é o principal fator que justifica a queda do tráfego de passeio na ViaSul. Somado a isso, o ano de 2024 teve um calendário com menos feriados prolongados, o que também acabou reduzindo o crescimento do tráfego. Analisando os eixos rodoviários, verificou-se crescimento de 3,85% no tráfego de passeio na BR-101/RS (Três Cachoeiras), aumento de 0,63% na BR-290/RS (Gravataí e Patrulha) e queda de -5,88% na BR-386/RS, que foi o eixo mais afetado pelos eventos citados.

Veículos Comerciais ou pesados (2,9%)

O tráfego comercial apresentou crescimento de 2,9% em 2024 em relação ao ano anterior, em todos os eixos rodoviários: BR-101/RS (5,29%), BR-290/RS (4,69%) e BR-386/RS (0,35%). Apesar da queda importante de tráfego durante a catástrofe climática de maio/2024, foi observado significativo crescimento de tráfego nos meses subsequentes; outro fator positivo é um maior número de dias úteis em 2024, favorecendo o tráfego de veículos pesados.

A receita operacional da Companhia em 2024, considerando a receita de pedágio, receita acessória e receita de construção, totalizou R\$ 1.250.257.

Valores em R\$ Mil	2024	2023	Δ%
Receita de Pedágio	535.920	547.683	-2,1%
Receita de Construção	713.695	502.608	42,0%
Receitas Acessórias e Extraordinárias	642	251	155,8%
Receita Bruta Total	1.250.257	1.050.542	19,0%

Receita operacional: A receita de pedágio em 2024 totalizou R\$ 535.920, uma redução de 2,1% em relação a 2023, afetada principalmente pela redução de tarifa.

Receita de construção: No ano 2024 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 42,0% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.1.3 Investimentos.

2.1.2 Custos e despesas totais

Os custos totais em 2024 foram de R\$ 1.013.562 dos quais R\$ 299.867 são custos operacionais e R\$ 713.695 são custos de construção.

Valores em R\$ Mil	2024	2023	Δ%
Custo de Construção	-713.695	-502.608	42,0%
Custos e Desp. c/Pessoal	-80.298	-69.106	16,2%
Materiais Equipamentos e Veículos	-20.888	-17.677	18,2%
Serviços de Terceiros	-70.954	-60.824	16,7%
Custos Contratuais	-19.511	-18.720	4,2%
Provisão p/Manutenção	-26.194	-33.628	-22,1%
Depreciação e Amortização	-50.485	-39.048	29,3%
Outros Custos Operacionais	-31.537	-20.440	54,3%
Total Custos e Despesas	-1.013.562	-762.051	33,0%

Custo de construção: No ano 2024 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 42% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.1.3 Investimentos.

Custo e despesas com pessoal: No ano 2024, a companhia conta com 658 colaboradores e o custo de pessoal é maior em 16,2%, devido ao reajuste anual dos salários e dos benefícios, maior PLR resultante de atingimento de mais de 100% da meta, e aumento de despesas administrativas relacionadas ao rateio de despesas compartilhadas entre a companhia e a CCR.

Materiais, equipamentos e veículos: Em 2024 houve um aumento de 18,2% nos gastos com materiais, equipamentos e veículos. Esse resultado é derivado de maiores gastos com combustíveis, em função do aumento de preço e do aumento de carros utilizados, de gastos com aluguel de aeronaves, em função de auxílios prestados à população no evento climático de maio de 2024 e de maiores gastos em materiais para conservação e manutenção.

Serviços de terceiros: Aumento de 16,7%, sobretudo em decorrência de maiores gastos de conservação e manutenção da rodovia, além de maiores valores em serviços de engenharia, consultoria de TI, licenças e despesas administrativas, relacionadas ao rateio de despesas compartilhadas entre a companhia e a CCR.

Custos contratuais: São obrigações estabelecidas no contrato de concessão: a verba de fiscalização paga à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) reajustada anualmente pelo IPCA, e seguros patrimonial (*all risks*) e seguro de responsabilidade civil e garantia.

Provisão de manutenção: Os custos de manutenção são originados dos gastos com pavimento, que são provisionados em ciclos de 4 a 4 anos, de maneira proporcional ao crescimento do tráfego projetado para o mesmo período.

Depreciação e amortização: Aumento de depreciação e amortização em 2024 devido as finalizações de obras e investimentos, detalhadas no item 2.1.3 Investimentos.

Outros custos operacionais: O aumento de 54,3% é derivado principalmente de despesas gerais administrativas, relacionadas ao rateio de despesas compartilhadas entre a companhia e a CCR, além de provisão para contingências jurídicas, como reflexo de uma revisão nos prognósticos de perdas em demandas trabalhistas.

2.1.3 Investimentos

Em 2024, os investimentos realizados totalizaram R\$748.556, um aumento de 41,79% em relação a 2023. Destacamos a finalização das obras de 0,86 km de duplicação além da finalização 3 interconexões na BR-386 (Trombeta no km 354, e Parclos nos kms 427 e 441), 11 interconexões ao longo da BR-101, sendo 2 Acessos no km 3+800 e km 4+100, 6 retornos nos kms 6+850, 9+570, 19+360, 22+100, 31+800 e km 86+550 e um meio retorno em nível no km 85+120. Além disso, 3 passarelas na BR-290 (km 69+350, km 71+000 e km 98+100), 5 passarelas na BR-386 (km 385+100, km 386+550, km 412+120, km 416+300 e km 436+000), e 3 obras de reforço e alargamento de OAEs na BR-290 (km 74 L/O, km 76 L/O e km 88L/O).

Estão em andamento as obras de implantação de interconexão na BR-386 (Trevo completo no km 392), a passarela da BR-386 (km 352+810), e 2 obras de reforço e alargamento de OAEs na BR-290 (km 84 O e km 84 L). Além disso, 3 Obras de Recuperação Estrutural na BR-290, no km 96+400, km 96+850 e km 91+850.

Investimentos	2024	2023
Praças de pedágio / bases operacionais / balanças	1.629	953
Serviços no pavimento	186.286	179.021
Sinalização e elementos de proteção e segurança	21.469	76.049
Obras de arte especiais	30.781	40.541
Drenagem e obra de arte corrente	527	1.221
Obras de ampliação de capacidade	333.708	3.003

Obras de implantação de vias, interseção e outros	109.002	199.837
Sistemas e outros imobilizados	28.128	27.302
Sinistros	27.305	0
Elétrica	9.731	0
Total ⁽¹⁾	748.556	527.927

⁽¹⁾ Os investimentos descritos acima, classificados no balanço como imobilizado, intangível e infraestrutura em construção, correspondem aos valores contábeis, ou seja, registrados no momento de competência de cada período. Excluindo as capitalizações de mão de obra e juros sobre financiamentos.

2.1.4 Captações de Recursos

Em dezembro de 2019, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 1.235.198 com remuneração de IPCA + 4,60% a serem liberados em quatro subcréditos até 2032, a fim de viabilizar os investimentos de ampliação e obras de melhorias nas rodovias administradas pela Companhia e, aquisições de equipamentos para operação. Em setembro de 2022, a Companhia captou o montante de R\$ 172.000, e em fevereiro de 2023, o montante de R\$ 50.000, totalizando R\$222.000 e R\$206.282 líquido de custo de transação referente ao IOF e ao custo de estruturação da dívida.

Em setembro de 2023, a companhia contratou uma dívida suplementar junto ao BNDES para viabilizar a continuidade nas obras de ampliação da capacidade de tráfego no total de R\$1.450.000 sendo R\$900.000 subscrição de debênture, coordenada pelo BNDES remuneradas com o IPCA + 6,7% liquidadas em 03 de outubro de 2023; R\$300.000 Finem com remuneração de IPCA + 7,78% e R\$ 250.000 de *backstop* remunerados a IPCA + 9,27%, esse tipo de financiamento fica disponível em caráter facultativo e funciona como um incentivo para que a Concessionária busque alternativas no mercado.

Em outubro de 2024, a companhia contratou uma dívida junto ao BNDES com o objetivo de financiar o capital de giro da concessionária, afetado pelos eventos climáticos extremos de maio de 2024 no estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 125.000, com taxa de 7,42% ao ano.

Destaca-se que no ano de 2024, ainda em função dos eventos climáticos extremos, foi acordado junto ao BNDES um *standstill* para a operação de financiamento (FINEM) e debêntures da companhia, suspendendo os pagamentos das debêntures que ocorreriam entre agosto de 2024 e fevereiro de 2025 e os pagamentos relacionados ao FINEM que ocorreriam entre agosto de 2024 e julho de 2025, prorrogando em 12 meses a data de término de ambas as operações.

2.1.5 Valor Adicionado

O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Companhia em 2024 foi de R\$ 459.942 e em 2023 foi de R\$ 402.612, representando 38,2% e 40,1% da receita operacional líquida, respectivamente.

2.1.6 Dividendos

Em 18 de dezembro, conforme aprovado em RCA, foi aprovado o destaque de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$9.854, calculado sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2019, acrescido ou reduzido de movimentações ocorridas em 2020, exceto quanto ao lucro do próprio exercício. O pagamento aos acionistas ocorrerá conforme vier a ser oportunamente deliberado. Na mesma data e conforme aprovação na mesma RCA, foi aprovado o destaque de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$41.746, calculado sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2023, acrescido ou reduzido de movimentações ocorridas em 2024, exceto quanto ao lucro do próprio exercício. O pagamento aos acionistas ocorrerá conforme vier a ser oportunamente deliberado.

Em 2024 não foram pagos dividendos ou juros sobre o capital próprio, entretanto foram recolhidos os impostos retidos sobre os destaques de juros sobre o capital próprio mencionados anteriormente.

2.1.7 Planejamento Empresarial

A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas economicamente mais relevantes do Brasil, sendo que sua riqueza é baseada em diversos setores da economia, como indústria automotiva, agropecuária e construção civil.

O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia do Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia.

Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades.

2.1.8 Gestão pela Qualidade Total

Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Companhia realizou em 2024 a auditoria de manutenção das certificações ISO9.001 - Gestão da Qualidade, 14.001 - Gestão de Meio Ambiente e 39.001 - Gestão de Segurança Viária.

2.1.9 Recursos Humanos

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 658 pessoas de forma direta, das quais, 268 pessoas foram contratadas em 2024.

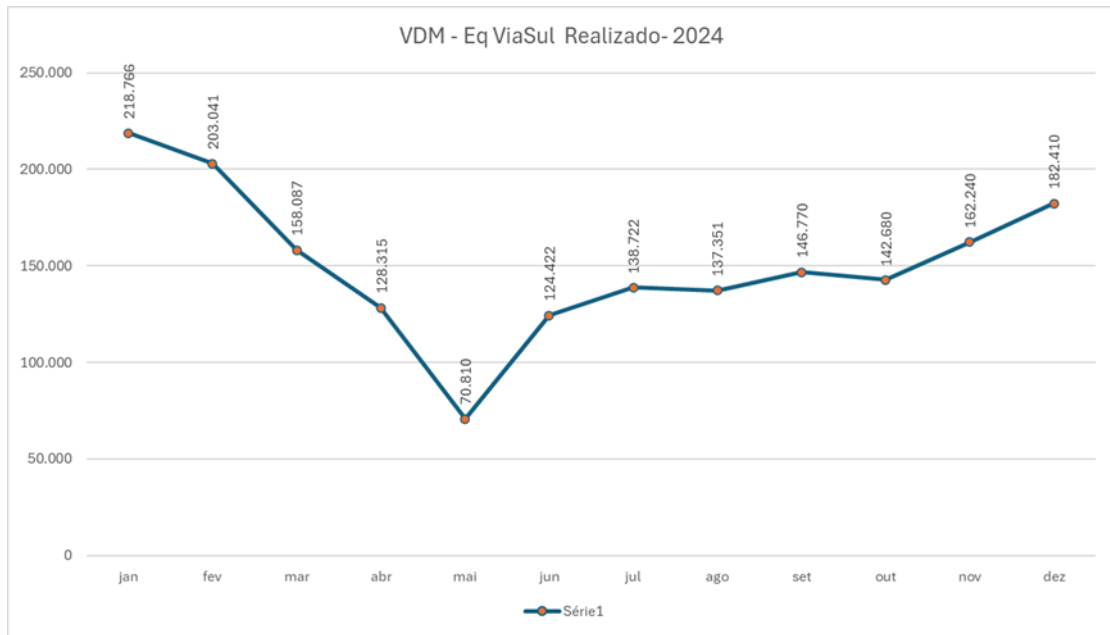
3. Indicadores Operacionais

3.1 Caracterização do Tráfego

3.1.1 Volume

No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM), que totalizou um Volume Diário Médio Equivalente Ano (VDM A (ano)) de 150.968.

Variação mensal do volume no ano base:

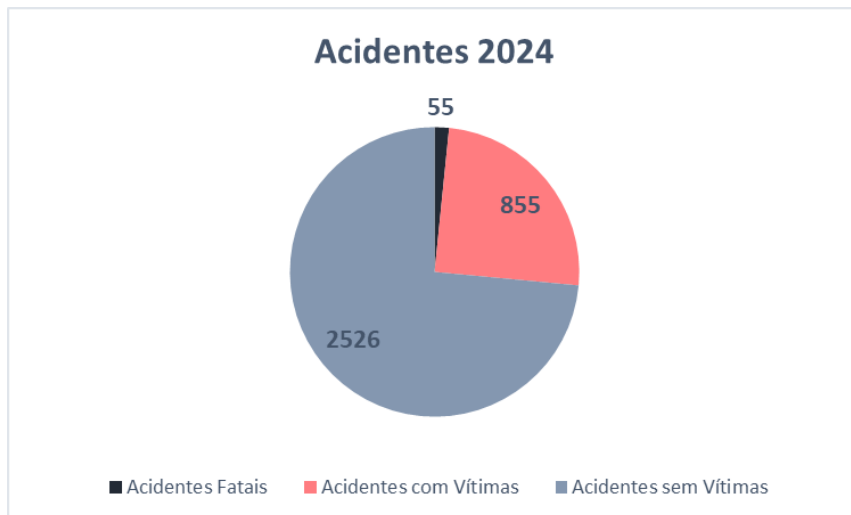


3.2 Segurança no Trânsito

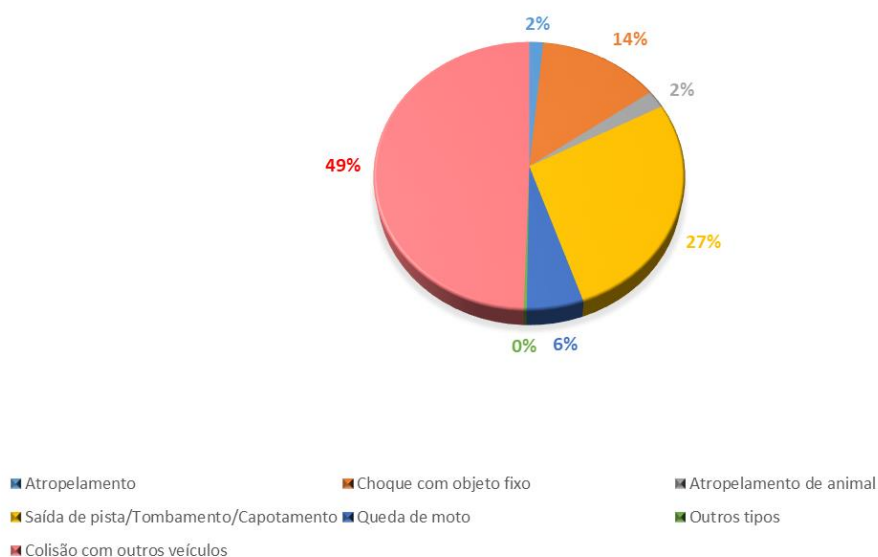
3.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam as estatísticas dos acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no período em 2024.

Percentual de acidentes por gravidade em 2024

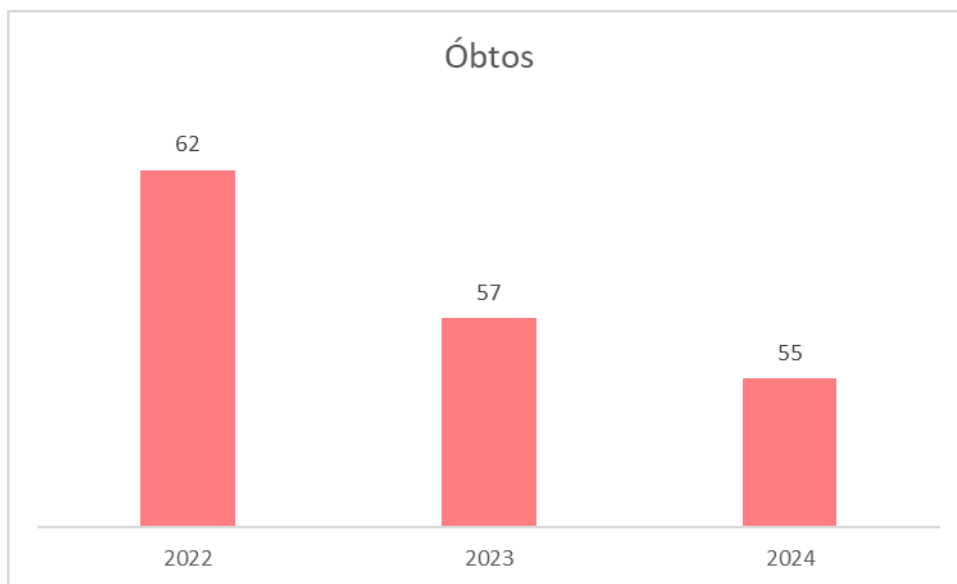


Percentual de acidentes por tipo em 2024



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

O número de mortos em 2024 quando comparado a 2023, reduziu 4%.



3.3 Dados de Operação da Concessão

3.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (473,4 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão

TIPO DE VEÍCULO	Quantidade	Qtde/ 100km
Viatura de inspeção	11	3
Guincho Leve	13	3
Guincho Pesado	4	1
Ambulância Tipo C	10	2
Ambulância Tipo D	4	1
Supervisão	3	1
Pipa	3	1
Munck	2	0
Caminhão Boiadeiro	3	1
Cesto Aéreo	1	0
Total de veículos operacionais	54	13
Administração	39	8
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	12	3
Faixa de domínio	0	0
Total de veículos de apoio	53	11
Total	107	24

No exercício de 2024, foram registrados 90.199 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaSul), neste ano o número foi impactado devido as Catástrofes climáticas que ocorreram no ano de 2024.

3.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão

FUNCIONÁRIOS	Qtd	Qtd/VDMA x 10.000
Diretor Unidade	1	0,07
Gerente Operações + Coordenador Operações	3	0,20
Gerente Planejamento e Controle	1	0,07
Gerente SGI	1	0,07
Conservação de Rotina	9	0,60
CCO	37	2,45
Engenharia	94	6,23
Tecnologia e Manutenção	25	1,66

Administrativo (+ Auxiliar Serviços Gerais)	61	4,04
Tráfego	84	5,56
Arrecadação	305	20,20
Pesagem	37	2,45
Total Geral	658	43,60

3.4 Aspectos Financeiros

Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do último exercício comparado com o exercício anterior.

Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2024, e o acumulado desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2019.

3.4.1 Receita

O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

	Em 2024	Acumulado
Receitas de pedágio	535.920	2.598.214
Receitas acessórias	642	1.465
Total das receitas	536.562	2.599.679

3.4.2 Investimentos

As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2024	Acumulado
Adição do intangível	844.059	2.595.564
Aquisição de imobilizado	28.128	176.227
Total dos investimentos (líquidos amortização/depreciação)	872.187	2.771.791

3.4.3 Custos e Despesas Operacionais

	Em 2024	Acumulado
Custos Operacionais, exceto Custo de Construção	223.885	890.089
Despesas Operacionais	75.982	255.831
Total Custos e Despesas Operacionais	299.867	1.145.920

3.4.4 ISS pagos

A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base.

	Em 2024	Acumulado
Pedágio	26.796	124.686
Acessória	-	14
ISS Total	26.796	127.700

3.4.5 Tarifas

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$ 5,50 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículos												
		AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
Três Cachoeiras	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Santo Antônio da Patrulha	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Gravataí	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Montenegro	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Paverama	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Fontoura Xavier	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Vitor Graef	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75

3.4.6 Companhia em números

Dados anuais	VIASUL	Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	473,4	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	55.254.199	
Veículos leves	42.279.222	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos isentos	913.297	
Número de praças de pedágios	7	
Tarifa	5,50	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	473,4	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	268.419	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário	107	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VRD > 47	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	0,6mm < HS < 1,2mm	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	535.920	Expresso em milhares de reais

Fator Capital

Despesas de Depreciação	50.485	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.
Caixa e equivalentes de caixa	344.054	Incluídas as Aplicações financeiras

Ativo Bruto	3.207.597	
Série Histórica dos Investimentos	2.725.206	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	8,32 % a.a.	WACC Regulatório

Fator Trabalho

Número de Trabalhadores	658	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	552	
Administrativo	106	
Despesas de Pessoal	60.231	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	50.925	
Administrativo	9.306	

Fatores Intermediários

Despesas em Administração	61.361	Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação
Despesas em Manutenção	15.676	
Outras Despesas	6.338	

Seguridade

Quantidade de Acidentes	3.436	
Acidentes c/ vítimas feridas	855	
Acidentes s/ vítimas	2.526	
Acidentes c/ mortos	55	
Vítimas feridas	1.227	
Mortos	69	

Indicadores

Receita por eixo equivalente	R\$ 5,46	Considera receitas operacionais, exceto receita de construção.
Custo por veículo	R\$ 3,06	Considera custos e despesas operacionais, exceto custo de construção.

Balço social

	2024	2023
Faturamento bruto	1.250.257	1.050.542
Receita líquida (RL)	1.203.609	1.003.021
Resultado operacional (RO)	190.047	240.970
Folha de pagamento bruta (FPB)	80.298	69.106
Folha de pagamento bruta - total remunerações		

Indicadores sociais internos	2024	% Sobre FPB - 2024	% Sobre RL - 2024
Alimentação	5.725	7,13%	0,48%
Encargos sociais	20.753	25,84%	1,72%
Previdência Privada	200	0,25%	0,02%
Saude	5.671	7,06%	0,47%
Capacitação e desenvolvimento profissional	168	0,21%	0,01%
Creches ou auxílio creches	398	0,50%	0,03%
Participação dos lucros ou resultados	11.213	13,96%	0,93%
Outros	7.185	8,95%	0,60%
Total - Indicadores Sociais Internos	51.313	74,25%	5,12%

Indicadores sociais externos	2024	% Sobre FPB - 2024	% Sobre RL - 2024
Tributos (exceto encargos sociais)	76.472	95,24%	6,35%
Total - Indicadores sociais externos	76.472	95,24%	7,62%

Indicadores ambientais	2024	2023
Investimentos relacionados com a operação da Concessionária:	645	100
Investimentos em programas, relacionados as obras e/ou projetos externos	3.138	10.964
Total de investimentos em meio ambiente	3.783	11.064

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

- Não possui metas
- Cumpre de 0 a 50%
- Cumpre de 50 a 75%
- Cumpre de 75 a 100%

Indicadores do corpo funcional	2024	2023
Nº de colaboradores ao final do período	658	821
Tempo de serviço		
até seis meses	15%	31%
de seis meses a um ano	9%	11%
entre um e dois anos	46%	23%
entre dois e cinco anos	30%	34%
mais de cinco anos	1%	1%
Nº de admissões durante o período	268	342
Nº de demissões durante o período	444	466
Nº de colaboradores terceirizados	2.376	1.583
Nº de estagiários (as)	1	3
Nº de colaboradores com até 18 anos	12	7
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	155	223
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	280	460
Nº de colaboradores acima de 45 anos	102	131
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	338	467
% de cargos de liderança ocupados por mulheres	48%	1%
Remuneração paga a mulheres no período	1885	863
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	30	52
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	9	3
Total de horas extras trabalhadas	14.078	10.577
Total de INSS pagos	11.616	10.088
Total de FGTS pago	3.198	2.858
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	21.738	43.338
Total de CSLL recolhido no período	8.326	16.564
Total de PIS recolhidos no período	3.492	3.564
Total de COFINS recolhidos no período	16.120	16.450
Total de outros tributos recolhidos no período	26.796	27.384

Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2024	2023
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	1,2%	2,4%
Número total de acidentes de trabalho	16	15
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> todos + CIPA	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT	
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve	
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	
% de reclamações e críticas solucionadas:	100%	100%
Valor adicionado total a distribuir	379.402	402.612
Distribuição do Valor Adicionado		
% governo	27%	27%
% acionistas	14%	45%
% colaboradores	18%	15%
% terceiros	18%	14%
% retido	0%	0%

4. Demais assuntos

4.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

4.2 ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor aos acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Assim sendo, em 2024 anunciou a Ambição CCR 2035, consolidando a visão estratégica do Grupo CCR para a próxima década. Um dos pilares que a sustentam é a Liderança em Sustentabilidade, desdobrada em sua Estratégia de Sustentabilidade, revisada também neste ano, endereçando os temas materiais e compromissos da CCR.

Para garantir a implementação da Estratégia de Sustentabilidade, foi revisada e definida uma governança composta por: Conselho de Administração (CA), Comitê de Pessoas & ESG (CP&ESG), Comitê Estratégico de Sustentabilidade (CES), Grupo Tático e Operacional de Sustentabilidade (GTOS), Diretoria de Sustentabilidade e colaboradores CCR. As responsabilidades associadas aos membros da governança de sustentabilidade foram definidas e divulgadas no Regimento da Governança Da Estratégia De Sustentabilidade do Grupo CCR.

Assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Compliance. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Pessoas e ESG (CP&ESG) que o assessora, através do monitoramento e antecipação de tendências em temas globais de ESG (Environmental, Social and Governance), identificando questões críticas que representem oportunidades de aprimoramento, riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

A Diretoria de Sustentabilidade (DS) conta com executiva responsável pela gestão do tema e equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios, atuando como um consultor interno para o tema, além de ser responsável por promover ações de engajamento e capacitação, buscando manter o pioneirismo à frente da agenda de sustentabilidade no setor de atuação.

Em 2024, seguimos avançando com a revisão/atualização e desdobramento da Estratégia de Sustentabilidade, além das metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Seguimos integrando a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo 14º ano consecutivo, permanecemos listados no Índice de Carbono Eficiente (IC02), ambos da B3. Além disso, mantivemos rating AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização. Somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 11 anos consecutivos. O score do CDP (Carbon Disclosure Project) 2024, assim como a atualização da carteira do ISE 2024/2025, não foram disponibilizados até a data de publicação deste Relatório.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR.

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.3 Iniciativas voluntárias

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse framework é explicar para os stakeholders como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição Net Zero: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.
- Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica.
- CEBDS: Adesão ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que em conjunto com as companhias associadas atuam como agentes de transformação, liderando e cocriando o caminho rumo a uma economia mais sustentável e equitativa para esta e, também, para futuras gerações.

4.4 Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014 para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de (i) educação e cultura, (ii) mobilidade e cidades sustentáveis, e (iii) saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, voluntariado e programas proprietários.

Em abril de 2024, o Instituto CCR, completou 10 anos de atuação. Desde a sua fundação, já destinou cerca de R\$ 300 milhões a projetos sociais, beneficiando mais de 18 milhões de pessoas, em mais de 430 municípios de todo o País.

Em 2024, 2,9 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente nos mais de 57 projetos investidos. Ao longo do ano, 36 unidades do Grupo foram beneficiadas em 273 municípios impactados e R\$ 72 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal, alcançando um investimento recorde em toda sua trajetória.

Em 2024, o Grupo CCR assumiu ainda o compromisso de investir R\$ 750 milhões em iniciativas de impacto social até 2035, nos pilares de Educação & Cultura, Mobilidade & Cidades Sustentáveis e Saúde & Segurança.

O ICCR tem se consolidado como um dos principais patrocinadores da cultura no Brasil, apoiando museus em todo o Brasil, viabilizando a oferta de entradas gratuitas no Museu da Língua Portuguesa (SP), Instituto Tomie Ohtake (SP), no Museu do Amanhã (RJ) e na Fundação Casa Jorge Amado (BA).

O Instituto também ampliou a sua participação em feiras literárias, apoiando os principais projetos do país em 2024, como a Flip (Festa Literária Internacional de Paraty - RJ), a Flup (Festa Literária das Periferias - RJ), a Bienal do Livro de São Paulo, a Feira do Livro de São Paulo e a Festa Literária Internacional do Pelourinho (Flipelô - BA).

Ainda no âmbito cultural, o Projeto Centenários, que homenageia nomes de referência da literatura, arquitetura, música e artes plásticas no Brasil, por meio de exposições realizadas nas estações da Linha 4 - Amarela, administrada pela ViaQuatro, ampliou sua presença em 2024. Agora, os passageiros da estação Faria Lima podem conferir uma mostra da artista plástica Tomie Ohtake, enquanto a estação Mackenzie-Higienópolis expõe obras de Candido Portinari. Já os clientes da estação Oscar Freire podem contemplar as obras de Tarsila do Amaral e, na estação Pinheiros o espaço é dedicado à vida e à obra de Heitor Villa-Lobos, um dos maiores compositores brasileiros de todos os tempos.

O Instituto CCR firmou ainda parceria com a Fundação Osesp para criação da Estação CCR das Artes. A nova sala de espetáculos fica localizada no Complexo Cultural Júlio Prestes e, em 2025, terá programação voltada para as músicas clássica e popular, dança, teatro, literatura e cinema, além de atividades educacionais.

Ao longo de 2024, o Instituto também fortaleceu o pilar de Mobilidade e Cidades Sustentáveis, que visa contribuir para tornar as cidades importantes vetores do desenvolvimento sustentável. Um dos destaques foi a criação de uma coalizão inédita para fomentar soluções sustentáveis e acelerar a descarbonização do setor de transportes no Brasil. O movimento é liderado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), pelo Grupo CCR e pelo Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável, do Insper.

A intenção é contribuir com o Governo Federal e com a sociedade civil na definição das ações necessárias para cumprimento das metas de descarbonização, que serão estabelecidas no novo Plano Clima. Ao mesmo tempo, a iniciativa se prepara para apresentar seus resultados na COP30, em Belém, em novembro de 2025, buscando colocar o Brasil na vanguarda das discussões globais sobre a descarbonização do setor de transportes.

O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, encerrou o ano de 2024 beneficiando mais de 6 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 280 municípios e 24 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural, que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas.

O Caminhos para a Saúde impactou mais de 70 mil pessoas em 2024, passando por 36 municípios de 13 estados brasileiros e beneficiando todas as plataformas de negócio do Grupo CCR. O programa foi realizado em diversos formatos, como em unidades fixas nas Rodovias (que realizam atendimentos de 2ª a 6ª feira), em eventos de corridas de rua nos aeroportos administrados pela CCR, em estações de metrô, entre outros. As ações contaram com serviços variados de saúde e bem-estar para a população, como massoterapia, serviço

odontológico, aferição de pressão arterial, exames de glicemia e colesterol, corte de cabelo, podologia e trancista. Todos os serviços são gratuitos para a população, que é atendida por ordem de chegada.

Em 2024, o Grupo CCR também fortaleceu seu Programa de Voluntariado, com mais de 3 mil colaboradores, aumento de 80% no número de inscritos em comparação ao ano anterior. Foram realizadas 73 ações sociais, beneficiando mais de 21 mil pessoas nas comunidades em que a Companhia atua nas suas plataformas de rodovias, aeroportos e mobilidade urbana.

Saiba mais em www.institutoccr.com.br.

4.5 Considerações Finais

4.5.1 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.5.2 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

4.5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

4.5.4 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2025.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 3.7, 3.14 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 837.807 referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		408.715	819.230
Caixa e equivalentes de caixa	6	281.894	447.400
Aplicações financeiras	6	62.160	319.353
Contas a receber das operações	7.1	38.868	33.262
Contas a receber de partes relacionadas	9	60	2.717
Tributos a recuperar		18.525	9.442
Adiantamentos a fornecedores		-	478
Despesas antecipadas e outros créditos		7.208	6.578
Não circulante		2.788.882	1.936.076
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	6	40.073	15.541
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	1.540	15.042
Depósitos judiciais		4.262	3.374
Sinistro a receber		17.584	-
Outros créditos		217	-
Imobilizado	10	162.487	148.099
Intangível	11	1.407.570	1.015.992
Infraestrutura em construção	11	1.152.768	735.513
Direito de uso em arrendamento		2.381	2.515
Total do Ativo		3.197.597	2.755.306

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Circulante		407.656	280.558
Debêntures	14	3.804	13.187
Empréstimos e financiamentos	13	8.786	1.825
Fornecedores	12	131.843	124.394
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	80.330	48.005
Imposto de renda e contribuição social		-	3.670
Impostos e contribuições a recolher		12.632	11.426
Provisão de manutenção		45.597	-
Obrigações sociais e trabalhistas		11.633	10.033
Obrigações com o Poder Concedente		1.191	1.138
Passivo de arrendamento		1.816	1.747
Juros sobre capital próprio a pagar	9	108.346	64.486
Outras obrigações		1.678	647
Não circulante		1.407.488	1.180.494
Debêntures	14	999.464	902.737
Empréstimos e financiamentos	13	352.124	216.468
Fornecedores	12	4.959	3.231
Pis e Cofins diferidos		41	28
Provisão de manutenção	16	43.337	56.349
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15.1	6.613	602
Passivo de arrendamento		842	1.079
Outras obrigações		108	-
Patrimônio Líquido	17	1.382.453	1.294.254
Capital social		1.188.456	1.188.456
Reservas de lucros		193.997	105.798
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.197.597	2.755.306

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receitas operacionais líquidas	18	1.203.609	1.003.021
Custos dos serviços prestados		(937.580)	(704.685)
Custo de construção		(713.695)	(502.608)
Serviços		(56.614)	(51.816)
Custo com pessoal		(51.075)	(44.611)
Provisão de manutenção	16	(26.194)	(33.628)
Depreciação e amortização		(42.202)	(31.802)
Materiais, equipamentos e veículos		(15.676)	(14.087)
Custo com o Poder Concedente		(14.212)	(13.587)
Energia elétrica		(5.032)	(4.305)
Outros		(12.880)	(8.241)
Lucro bruto		266.029	298.336
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(75.982)	(57.366)
Despesas com pessoal		(29.223)	(24.495)
Serviços		(14.340)	(9.008)
Depreciação e amortização		(8.283)	(7.246)
Materiais, equipamentos e veículos		(5.212)	(3.590)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(2.281)	(2.113)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(3.148)	(1.939)
Gastos com viagens e estadias		(688)	(656)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15.1	(6.011)	(457)
Editais e publicações		(458)	(438)
Outras receitas (despesas) operacionais		(6.338)	(7.424)
Resultado antes do resultado financeiro		190.047	240.970
Resultado financeiro	19	(6.682)	(10.932)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		183.365	230.038
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(43.566)	(50.791)
Lucro líquido do exercício		139.799	179.247
Lucro líquido por ação - básico (em reais - R\$)	17.6	0,11763	0,15082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstrações de resultado abrangente

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	139.799	179.247
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	139.799	179.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
			Legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2023		1.188.456	29.524	24.263	48.421	-	1.290.664
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	179.247	179.247
Dividendo adicional proposto pago em 23 de outubro de 2023		-	-	-	(48.421)	-	(48.421)
Destinações:							
Distribuição de dividendos intermediários em 23 de outubro de 2023		-	-	-	-	(51.370)	(51.370)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2023 (líquido)		-	-	-	-	(64.486)	(64.486)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	(11.380)	(11.380)
Reserva legal		-	8.962	-	-	(8.962)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	43.049	-	(43.049)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.188.456	38.486	67.312	-	-	1.294.254
Lucro líquido do exercício	17.6	-	-	-	-	139.799	139.799
Destinações:							
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2024 (líquido)	17.5	-	-	-	-	(43.860)	(43.860)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2024 (IRRF)	17.5	-	-	-	-	(7.740)	(7.740)
Reserva legal	17.2	-	6.990	-	-	(6.990)	-
Reserva de retenção de lucros	17.3	-	-	81.209	-	(81.209)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.188.456	45.476	148.521	-	-	1.382.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		139.799	179.247
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	13.502	(9.111)
Depreciação e amortização	10 e 11	48.360	37.502
Baixa do ativo imobilizado	10	-	336
Constituição da provisão de manutenção	16	26.194	33.628
Ajuste a valor presente provisão manutenção	16	6.391	2.788
Juros e variação monetária sobre financiamentos e debêntures	19	134.052	43.250
Capitalização de custo de empréstimos	19	(80.540)	(4.955)
Depreciação - direito de uso em arrendamento		2.125	1.546
Constituições líquidas de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15.1	24.575	7.530
Juros e variação monetária sobre obrigações	19	1.008	4.210
Variação cambial fornecedores estrangeiros	19	-	2
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	19	369	338
Rendimento sobre aplicações financeiras		(16.486)	(10.341)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(5.606)	(10.011)
Contas a receber de partes relacionadas	9	2.657	(682)
Tributos a recuperar		(9.083)	(2.024)
Adiantamentos a fornecedores		478	(416)
Despesas antecipadas e outros créditos		(29.319)	(5.053)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	12	76.903	(16.917)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	31.317	24.360
Obrigações sociais e trabalhistas		1.600	(1.487)
Impostos e contribuições a recolher		22.101	56.643
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(32.305)	(67.843)
Pis e Cofins diferidos		13	9
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15.1	(18.564)	(7.073)
Obrigações com o Poder Concedente		53	62
Outras obrigações		11.139	(53)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		350.733	255.485
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(24.354)	(36.008)
Aquisição de ativo intangível	11	(835.019)	(457.112)
Outros de ativo Imobilizado e Intangível	11	606	36
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	305.381	(305.471)
Resgate / aplicações (conta reserva)	6	(56.234)	(18.860)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(609.620)	(817.415)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures			
Captações (líquidas de custos de transação)	22.2	124.528	938.401
Pagamento de principal e juros	22.2	(28.619)	(11.102)
Arrendamento			
Pagamento de principal e juros	22.2	(2.528)	(1.878)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionistas da controladora		-	(117.699)
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento		93.381	807.722
(Redução) aumento de caixa e equivalente de caixa		(165.506)	245.792
Demonstração da (redução) do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		447.400	201.608
No final do exercício		281.894	447.400
		(165.506)	245.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receitas		1.250.828	1.055.497
Receitas operacionais	18	1.250.257	1.050.542
Outras receitas		571	4.955
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(713.695)	(502.608)
Provisão de manutenção	16	(26.194)	(33.628)
Custos dos serviços prestados		(99.859)	(90.446)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(36.557)	(22.923)
Valor adicionado bruto		374.523	405.892
Depreciação e amortização		(50.485)	(39.048)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		324.038	366.844
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	55.364	35.768
Valor adicionado total a distribuir		379.402	402.612
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		45.257	40.213
Benefícios		18.691	14.711
FGTS		3.198	2.858
Outras		1.536	1.236
Tributos			
Federais		74.957	81.135
Estaduais		225	278
Municipais		26.811	27.404
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		61.894	51.436
Aluguéis		7.034	4.094
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	17.4	-	51.370
Juros sobre capital próprio	17.5	51.600	75.866
Lucros retidos do exercício		88.199	52.011
		379.402	402.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, n.º 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 14 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovia de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101, BR-290, BR-386, BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2019 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A Companhia foi constituída em 21 de novembro de 2018 e iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2019.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início nas praças da BR-290 em 15 de fevereiro de 2019, na mesma data da assunção da concessão, e nas praças da BR-101 e BR-386 em 9 de fevereiro de 2020, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de fevereiro.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão.



Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

1.1.1. Demais eventos relevantes

a. Calamidade no Rio Grande do Sul

Por conta dos volumes extremos de precipitação pluviométrica nos meses de abril e maio de 2024, que ocasionaram decretação do estado de calamidade no Estado do Rio Grande do Sul, ocorreram bloqueios nas rodovias sob concessão da ViaSul durante este período. Como forma de apoiar no escoamento e transporte de ajuda e suprimentos para as regiões afetadas, a Companhia suspendeu temporariamente as cobranças em todas as praças de pedágio de suas rodovias entre os dias 5 e 19 de maio, retomando a cobrança parcialmente no dia 20 e integralmente no dia 30 de maio.



A Companhia possui seguro para cobertura de danos e perdas de receitas, que já foi acionado, bem como destaca que esses eventos climáticos se caracterizam como evento de caso fortuito ou força maior, cujos impactos estão sendo tratados junto ao Poder Concedente, visando recomposição do reequilíbrio contratual da ViaSul.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 26 de fevereiro de 2025, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

11. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;
- 15.1. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;



16. Provisão de manutenção: estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa e;
20. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.



Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 18.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros



contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.



Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.

3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.



Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.15.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9. Provisão de manutenção - contrato de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.



A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.10. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.11. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.



Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.13. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

3.14. Contrato de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01- R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos do contrato de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.



Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função do contrato de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.15. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio Grande do Sul e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.16. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações



financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.17. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8);
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16);
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28).

3.18. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.



- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 13, 14 e 20.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 13, 14 e 20.



As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	28.204	55.738	56.531	54.303	378.447
Debêntures (a)	70.306	75.746	74.347	83.187	1.696.250
Fornecedores e outras obrigações	143.521	5.067	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	80.330	-	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.191	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	7.219	12.016
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	274.675	435.384
Total	281.894	447.400

Aplicações financeiras	2024	2023
Circulante	62.160	319.353
Aplicações financeiras (a)	26.970	315.865
Conta reserva (b)	35.190	3.488
Não circulante	40.073	15.541
Conta reserva (b)	40.073	15.541
Total	102.233	334.894

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,83% do CDI, equivalente a 10,86% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (103,32 % do CDI, equivalente a 13,54% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2023).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
(b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a empréstimos, financiamentos e debêntures (notas explicativas n.º 13 e 14).

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2024	2023
Circulante	38.868	33.262
Contas a receber das operações (a)	38.868	33.262
Total	38.868	33.262

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão.

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2024	2023
Creditos a vencer	38.868	33.262
Total	38.868	33.262

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	183.365	230.038
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(62.344)	(78.213)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Juros sobre capital próprio	17.544	25.794
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	1.353	2.682
Despesas indedutíveis	(491)	(886)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(60)	(193)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	31	-
Outros ajustes tributários	401	25
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(43.566)	(50.791)
Impostos correntes	(30.064)	(59.902)
Impostos diferidos	(13.502)	9.111
Alíquota efetiva do imposto	23,76%	22,08%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2024	2023
Ativo	36.748	23.435
Provisão de manutenção	30.238	19.159
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.268	3.055
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	854	706
Arrendamento	91	106
Programa de gratificação de longo prazo	389	197
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	2.248	205
Outros	660	7
Compensação de imposto ativo	(35.208)	(8.393)
Impostos ativos após a compensação	1.540	15.042
Passivo	(35.208)	(8.393)
Custo de transação de financiamentos	(6.172)	(6.706)
Capitalização de juros	(29.036)	(1.687)
Compensação de imposto passivo	35.208	8.393
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido ativo	1.540	15.042
Movimentação do imposto diferido	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	15.042	5.931
Reconhecimento no resultado	(13.502)	9.111
Saldos em 31 de dezembro	1.540	15.042

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em de 31 de dezembro de 2024 e 2023,

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2024			2023				
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	15	105.841	105.856	-	39	564.846	564.885
Bancos conta movimento	-	-	10	10	-	-	562.148	562.148
Aplicações financeiras	-	-	105.777	105.777	-	-	10	10
Contas a receber	-	15	45	60	-	39	2.678	2.717
Outros créditos	-	-	9	9	-	-	10	10
Passivo	108.346	80.206	124	188.676	64.486	45.013	2.992	112.491
Fornecedores e contas a pagar	-	80.206	124	80.330	-	45.013	2.992	48.005
Juros sobre capital próprio	108.346	-	-	108.346	64.486	-	-	64.486

Transações	2024			2023		
	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - serviços de transporte de valores	-	(909)	(909)	-	(1.033)	(1.033)
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(86)	(86)	-	(203)	(203)
Custos / despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	(2)	(2)	-	-	-
Custos / despesas - material de informática	-	-	-	-	(4)	(4)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	(3)	(3)	-	-	-
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	(13)	(13)	-	-	-
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(228)	(228)	-	(72)	(72)
Custos / despesas - doações	-	(1.247)	(1.247)	-	(1.137)	(1.137)
Custos / despesas - outros gastos gerais	-	(34)	(34)	-	-	-
Custos / despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(5.972)	(5.972)	-	-	-
Custos / despesas - seguros	-	105	105	-	-	-
Imobilizado/Intangível	-	109	109	-	-	-
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(2)	(2)	-	(7)	(7)
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	(1.008)	-	(1.008)	(4.210)	-	(4.210)
Receita de venda de ativo imobilizado	-	189	189	-	348	348
Receitas de aplicações financeiras	-	21.521	21.521	-	19.524	19.524
Repasse de custos e despesas - CCR CSC (*)	(49.941)	-	(49.941)	(37.734)	-	(37.734)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(359)	265	(94)	(104)	248	144

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 15.614 referente aos repasses de custos e despesas com a controladora indireta CCR

9.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	2024	2023
Remuneração: (a) (b)	1.430	(203)
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	870	-
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável do ano	536	-
Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	-	(203)
Previdência privada	23	-
Seguro de vida	1	-

- (a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração, diretoria estatutária e não estatutária); e
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R\$ 3.904, referente às despesas com profissionais-chave.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 15 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

9.2. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxas remuneração - garantias	2024	2023
1,20% a.a.	(1.008)	(4.210)
Total	(1.008)	(4.210)

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado				Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	1.017	17.362	3.945	48.064	70.388	54.578	124.966
Adições	-	-	-	-	-	36.008	36.008
Baixas	-	(6)	(330)	-	(336)	-	(336)
Transferências	67	1.629	66	10.914	12.676	(12.676)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	148	-	-	148	-	148
Depreciação	(141)	(3.404)	(2.599)	(6.543)	(12.687)	-	(12.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	943	15.729	1.082	52.435	70.189	77.910	148.099
Custo	1.415	24.166	12.911	68.239	106.731	77.910	184.641
Depreciação acumulada	(472)	(8.437)	(11.829)	(15.804)	(36.542)	-	(36.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	943	15.729	1.082	52.435	70.189	77.910	148.099
Adições	-	-	-	-	-	24.784	24.784
Transferências	14	19.635	5.627	13.341	38.617	(38.617)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	3.344	-	-	3.344	-	3.344
Depreciação	(142)	(4.488)	(1.453)	(7.657)	(13.740)	-	(13.740)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	815	34.220	5.256	58.119	98.410	64.077	162.487
Custo	1.429	47.145	17.755	81.580	147.909	64.077	211.986
Depreciação acumulada	(614)	(12.925)	(12.499)	(23.461)	(49.499)	-	(49.499)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	815	34.220	5.256	58.119	98.410	64.077	162.487
Taxa média anual de depreciação % Em 31 de dezembro de 2024	10	11	24	10			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 430 em 31 de dezembro de 2024. A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos e financiamentos dividido pelo saldo médio de empréstimos e financiamentos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 1,68% a.a..

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2023	709.032	2.329	3.300	714.661	532.050	1.246.711
Adições	-	-	3.982	3.982	525.811	529.793
Transferências	322.312	184	(184)	322.312	(322.312)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(148)	(148)	-	(148)
Amortização	(24.194)	(621)	-	(24.815)	-	(24.815)
Outros	-	-	-	-	(36)	(36)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.007.150	1.892	6.950	1.015.992	735.513	1.751.505
Custo	1.066.669	3.140	6.950	1.076.759	735.513	1.812.272
Amortização acumulada	(59.519)	(1.248)	-	(60.767)	-	(60.767)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.007.150	1.892	6.950	1.015.992	735.513	1.751.505
Adições	-	-	9.596	9.596	837.807	847.403
Transferências	420.554	996	(998)	420.552	(420.552)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(3.344)	(3.344)	-	(3.344)
Amortização	(33.942)	(678)	-	(34.620)	-	(34.620)
Outros	(606)	-	-	(606)	-	(606)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.393.156	2.210	12.204	1.407.570	1.152.768	2.560.338
Custo	1.486.617	4.136	12.204	1.502.957	1.152.768	2.655.725
Amortização acumulada	(93.461)	(1.926)	-	(95.387)	-	(95.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.393.156	2.210	12.204	1.407.570	1.152.768	2.560.338
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2024	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 80.110 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.955 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 1,68% a.a. e 0,92% a.a., respectivamente.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Principais obras	1.144.075
Duplicação da BR-386 entre o km 324+100 e o km 340+400	597.400
Implantação de faixas adicionais e vias marginais	306.868
Implantação de passarelas, dispositivos de segurança e de sinalizações	106.844
Restauração de pavimento	66.480
1ª Intervenção em obras de arte especiais	59.948
Execução de obras de melhorias nas bases e pedágios	5.187
Implantação de base da Polícia Rodoviária Federal	1.348

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	2024	2023
Circulante	131.843	124.394
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	88.910	86.869
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	-	32
Cauções e retenções contratuais (b)	42.933	37.493
Não circulante	4.959	3.231
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	4.959	3.231
Total	136.802	127.625

- (a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023
BNDES (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 4,60 a.a.	5,4367% (a)	Dezembro de 2043	4.725	3.914	78.044	74.063 (b) (c) (d)
BNDES (Subcrédito B - 1º desembolso)	IPCA + 4,60 a.a.	5,2196% (a)	Dezembro de 2043	5.125	4.375	104.733	97.240 (b) (c) (d)
BNDES (Subcrédito B - 2º desembolso)	IPCA + 4,60 a.a.	5,9391% (a)	Dezembro de 2043	5.336	4.693	51.112	46.990 (b) (c) (d)
BNDES (Capital de giro)	Pré 7,42% a.a.	N/I	Outubro de 2029	-	-	127.021	- (e)
				Total	12.982	360.910	218.293

	2024	2023
Circulante	8.786	1.825
Financiamentos	9.876	2.855
Custos de transação	(1.090)	(1.030)
Não circulante	352.124	216.468
Financiamentos	364.016	229.069
Custos de transação	(11.892)	(12.601)
Total	360.910	218.293

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (c) Garantia real;
- (d) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora indireta CCR não remunerado; e
- (e) Fiança bancária.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2024
2026	37.005
2027	40.349
2028	40.716
2029	36.029
2030 em diante	209.917
(-) Custo de transação	(11.892)
Total	352.124

A Controladora indireta CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos e financiamentos.

14. Debêntures

Séries	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023
1ª Emissão - Série única	IPCA + 6,70 a.a.	6,6699% (a)	Fevereiro de 2044	6.286	5.172	1.003.268	915.924 (b) (c) (d)
				Total	5.172	1.003.268	915.924

	2024	2023
Circulante	3.804	13.187
Debêntures	4.512	14.127
Custos de transação	(708)	(940)
Não Circulante	999.464	902.737
Debêntures	1.003.928	907.886
Custos de transação	(4.464)	(5.149)
Total	1.003.268	915.924

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias:

- (b) Alienação fiduciária;
- (c) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e
- (d) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2024
2026	9.023
2027	9.023
2028	18.047
2029	18.046
2030 em diante	949.789
(-) Custo de transação	(4.464)
Total	999.464

A Companhia possui contrato financeiro, como debêntures, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelece vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado do referido contrato. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

15. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

15.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	396	206	-	602
Constituição	18.156	6.934	56	25.146
Reversão	(50)	(751)	-	(801)
Pagamentos	(17.170)	(1.338)	(56)	(18.564)
Atualização de bases processuais e monetária	83	147	-	230
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.415	5.198	-	6.613

15.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Cíveis e administrativos	5.516	1.129
Trabalhistas e previdenciárias	7.146	1.200
Total	12.662	2.329



16. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	56.349	56.349
Constituição	3.469	22.725	26.194
Ajuste a valor presente	338	6.053	6.391
Transferências	41.790	(41.790)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	45.597	43.337	88.934

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023, para o cálculo do valor presente, são de 9,64% a.a. e 9,24% a.a., respectivamente.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.188.456, representado por 1.188.456.196 de ações ordinárias.

17.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

17.3. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76.

17.4. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido do exercício	139.799
(-) Constituição de reserva legal	(6.990)
Lucro líquido ajustado	132.809
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	33.202
Total de juros sobre capital próprio a pagar (líquidos de IRRF)	43.860
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	43.860

Em 31 de dezembro de 2024, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios devido a aprovação de juros sobre capital próprio a pagar.



17.5. Juros sobre capital próprio

Em 18 de dezembro de 2024, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 51.600, relativo ao lucro dos exercícios de 2019 e 2023, correspondente ao montante líquido de R\$ 43.860, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 7.740, a serem pagos quando oportuno.

17.6. Lucro por ação básico

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação:

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido	139.799	179.247
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	1.188.456.196	1.188.456.196
Lucro por ação ordinária - básico	0,11763	0,15082

18. Receitas operacionais líquidas

	2024	2023
Receita bruta	1.250.257	1.050.542
Receitas de pedágio	535.920	547.683
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	713.695	502.608
Receitas acessórias	642	251
Deduções das receitas brutas	(46.648)	(47.521)
Impostos sobre receitas	(46.408)	(47.398)
Abatimentos	(240)	(123)
Receita operacional líquida	1.203.609	1.003.021

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras	(62.046)	(46.700)
Juros sobre empréstimo, financiamento e debêntures	(134.052)	(43.250)
Juros e variações monetárias sobre obrigações	(1.008)	(4.210)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(6.391)	(2.788)
Capitalização de custo de empréstimos e financiamentos	80.540	4.955
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(369)	(338)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(1)	(3)
Taxas e outras despesas financeiras	(765)	(1.066)
Receitas financeiras	55.364	35.768
Rendimento sobre aplicações financeiras	54.983	35.651
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	1	1
Juros e outras receitas financeiras	380	116
Resultado financeiro líquido	(6.682)	(10.932)

20. Instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2024	2023
Ativo	Nível	423.055	818.273
Valor justo através do resultado		384.127	782.294
Caixa e bancos	Nível 2	7.219	12.016
Aplicações financeiras	Nível 2	301.645	751.249
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	75.263	19.029
Custo amortizado		38.928	35.979
Contas a receber das operações		38.868	33.262
Contas a receber de partes relacionadas		60	2.717
Passivo	Nível	(689.365)	(460.194)
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		(689.365)	(460.194)
Debêntures (a)	Nível 2	(1.003.268)	(915.924)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (a)	Nível 2	(360.910)	(218.293)
Fornecedores e outras obrigações		(138.588)	(128.272)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(80.330)	(48.005)
Juros sobre capital próprio a pagar		(108.346)	(64.486)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.191)	(1.138)
Total		(266.310)	358.079

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.



Empréstimos e debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos (a)	127.021	103.841	-	-
Debêntures (a)	1.008.440	863.069	922.014	1.134.063

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* curva de crédito ANBIMA triple A na data base.

20.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPC-A	1.255.311	(140.105)	(155.758)	(171.412)
Efeitos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(140.105)	(155.758)	(171.412)
CDI	280.312	16.081	20.013	23.911
Efeitos sobre aplicações financeiras		16.081	20.013	23.911
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)		(124.024)	(135.745)	(147.501)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :	CDI ⁽²⁾	12,1500%	15,1875%	18,2250%
		IPC-A ⁽³⁾	4,8300%	6,0375%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo;

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3;

(3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;



- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2024	2023
Compromisso de investimento	3.960.670	4.537.920

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

22. Demonstrações dos fluxos de caixa

22.1. Transações que não afetam o caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2024	2023
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	-	67.726
Fornecedores	-	67.726
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	(67.726)
Adições ao ativo intangível	-	(67.726)

22.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo de arrendamento	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.134.217)	(2.826)	(64.486)	(1.201.529)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(95.909)	2.528	-	(93.381)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(124.528)	-	-	(124.528)
Pagamento de principal e juros	28.619	2.528	-	31.147
Outras variações que não afetam o caixa	(134.052)	(2.360)	(43.860)	(180.272)
Adições de contratos de arrendamento	-	(2.346)	-	(2.346)
Ajuste a valor presente	-	(14)	-	(14)
Destaque de juros sobre capital próprio	-	-	(43.860)	(43.860)
Despesa com juros e variação monetária	(134.052)	-	-	(134.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.364.178)	(2.658)	(108.346)	(1.475.182)



Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Josiane Carvalho de Almeida	Membro efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro efetivo

Composição da Diretoria

Fernando Henrique Pereira De Marchi	Diretor Presidente e de RI
Fausto Camilotti	Diretor
Angelo Luiz Lodi	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0 S/RS

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO SUL S.A.

CNPJ Nº. 32.161.500/0001-00

NIRE Nº. 43300062627

Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2025

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“LSA”) e do artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM n.º. 80, de 29 de março de 2022, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2025, no valor de R\$ 825.000.000,00 (oitocentos e vinte e cinco milhões de reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 825.000.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2025	R\$ 825.000.000,00
---	--------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2024	R\$ 148.520.869,44
--	--------------------

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 676.479.130,56
--	--------------------

Porto Alegre/RS, 26 de fevereiro de 2025.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO SUL S.A.

A Administração

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
Av. Paraná, 2435 - Bairro São Geraldo
90240-602 - Porto Alegre - RS
tel: 55 (51) 3303 9100
www.ccrviasul.com.br



- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Porto Alegre/RS, 26 de fevereiro de 2025.

Assinado por:

Fernando Henrique

96F80C4C17C647A...

FERNANDO HENRIQUE PEREIRA DE MARCHI

DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM OS INVESTIDORES

DocuSigned by:

Fausto Camilotti

4ED93ED6E84B4CA...

FAUSTO CAMIOTTI

DIRETOR

DocuSigned by:

Angelo Luiz Lodi

10096CC5E458412...

ANGELO LUIZ LODI

DIRETOR

Certificate Of Completion

Envelope Id: A50C7867-02F4-48E4-9541-78157C0E2E28
 Subject: Viasul - DFs 2024 - Declaração da Diretoria (00100426.2) - Assinatura solicitada
 Unidade proprietária do documento: ViaSul
 Source Envelope:
 Document Pages: 1
 Certificate Pages: 5
 AutoNav: Enabled
 Envelopeld Stamping: Enabled
 Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed

Envelope Originator:
 Juridico Societario
 Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães
 Pellegrini
 nº. 200, Blocos A, B, C e D, Bairro Retiro
 Jundiaí/SP, SP 13.209-500
 ds-jur.societario@grupoccr.com.br
 IP Address: 54.232.57.236

Record Tracking

Status: Original
 2/26/2025 8:53:39 AM

Holder: Juridico Societario
 ds-jur.societario@grupoccr.com.br

Location: DocuSign

Signer Events

Angelo Luiz Lodi
 angelo.lodi@grupoccr.com.br
 Diretor de Engenharia
 CCR
 Security Level: Email, Account Authentication
 (None)

Signature

DocuSigned by:

 10096CC5E458412...
 Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 187.92.160.60

Timestamp

Sent: 2/26/2025 8:55:27 AM
 Resent: 2/26/2025 11:39:49 AM
 Resent: 2/26/2025 2:17:25 PM
 Viewed: 2/26/2025 2:54:57 PM
 Signed: 2/26/2025 2:55:07 PM

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Accepted: 10/31/2024 2:15:14 PM
 ID: b2b4c254-00c5-4e6e-8890-23e7306ff9c3
 Company Name: GBS

Fausto Camilotti
 fausto.camilotti@grupoccr.com.br
 Security Level: Email, Account Authentication
 (None)

DocuSigned by:

 4FD93ED6E84B4CA...
 Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 187.92.160.60

Sent: 2/26/2025 8:55:27 AM
 Viewed: 2/26/2025 9:56:16 AM
 Signed: 2/26/2025 9:56:23 AM

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Accepted: 4/26/2024 5:31:02 PM
 ID: 26dfe985-d16c-4034-af1b-9369984e693f
 Company Name: GBS

fernando henrique
 fernando.marchi@grupoccr.com.br
 Security Level: Email, Account Authentication
 (None)

Assinado por:

 96F80C4C17C647A...
 Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 200.213.37.114

Sent: 2/26/2025 8:55:26 AM
 Viewed: 2/26/2025 9:53:51 AM
 Signed: 2/26/2025 9:53:58 AM

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Accepted: 12/17/2024 3:21:26 PM
 ID: fe09194d-8a6e-4493-a607-78b8b62e71a1
 Company Name: GBS

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events	Status	Timestamp
------------------------------	---------------	------------------

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
-------------------------------------	---------------	------------------

Certified Delivery Events	Status	Timestamp
----------------------------------	---------------	------------------

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
---------------------------	---------------	------------------

Witness Events	Signature	Timestamp
-----------------------	------------------	------------------

Notary Events	Signature	Timestamp
----------------------	------------------	------------------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	2/26/2025 8:55:28 AM
Certified Delivered	Security Checked	2/26/2025 9:53:51 AM
Signing Complete	Security Checked	2/26/2025 9:53:58 AM
Completed	Security Checked	2/26/2025 2:55:07 PM

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------

Electronic Record and Signature Disclosure

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, GBS (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact GBS:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To advise GBS of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at gbstools@gbstools.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from GBS

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to gbstools@gbstools.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number.

To withdraw your consent with GBS

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. . .

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify GBS as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by GBS during the course of your relationship with GBS.